
Doença Falciforme, racismo e invisibilidade nos meios de comunicação: uma análise dos canais Jornal Nacional e Jornal da Record¹

Camila GONELI PASSARELI²

Aline GONELI DE LACERDA³

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar o tema Doença Falciforme (DF), racismo e invisibilidade nos meios de comunicação no Brasil. O racismo estrutural e institucional, bem como a invisibilidade da população negra nos meios de comunicação de massa, tem graves consequências para as pessoas com a DF. Assim, discutiremos a invisibilidade da saúde da população negra nas mídias tradicionais, mais especificamente em relação à Doença Falciforme, nos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record.

Palavras-chaves

racismo estrutural e institucional; doença falciforme; invisibilidade; televisão; notícia.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar o tema Doença Falciforme (DF), racismo e invisibilidade nos meios de comunicação no Brasil. Através dele, pretende-se mostrar como o racismo estrutural e institucional impactam a divulgação da DF nos canais de televisão brasileiros, mais especificamente nos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record. É importante salientar que uma das autoras desta pesquisa é uma pessoa que vive com a Doença Falciforme, o que justifica o interesse em desenvolver um trabalho com essa temática.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Candido Mendes (UCAM). E-mail: camilagoneli@id.uff.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Tradutor (Português-Inglês) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Letras pela UFF. E-mail: alinegoneli@id.uff.br.

A DF teve sua origem no continente africano e chegou às Américas em decorrência do tráfico de pessoas negras escravizadas, durante o período colonial. Em 1835, o médico José Martins da Cruz Jobim relatou as primeiras observações científicas relacionadas à doença no Brasil, revelando que a mutação causadora da DF era inexistente nas Américas antes do fluxo migratório de povos africanos desenraizados de suas regiões, trazidos pelos europeus para trabalho escravo, o que reforça a influência do tipo de colonização do Brasil sobre o surgimento da doença neste continente.

Além do recorte de raça, a doença também representa um recorte de classe, visto que a população negra, grupo étnico predominantemente acometido, encontra-se na base da pirâmide social apresentando os piores indicadores epidemiológicos, educacionais e econômicos (FIGUEIRO; RIBEIRO, 2017). De fato, segundo Cordeiro et. al. (2009), o acesso aos serviços de saúde varia para os diferentes grupos que compõem a população, com maior desvantagem para os negros, uma vez que diferentes níveis de reprodução da desigualdade social e de saúde têm suas origens fortemente fincadas no gênero, raça e classe.

O quadro de exclusão da população negra é mais abrangente e determina o agravamento de suas condições de existência, levando principalmente à prematuridade dos óbitos tanto para homens como para mulheres. O perfil de mortalidade da população negra decorre da diferença no acesso e tratamento recebido, como no caso da anemia falciforme, cuja média de idade, 16-30 anos, contrasta-se com a média de 57 anos encontrada nos EUA (CORDEIRO et. al., 2009).

Embora a DF seja a patologia genética e hereditária de maior predominância no Brasil, existe uma invisibilidade da doença nas mídias tradicionais e, conseqüentemente, um desconhecimento acerca dessa patologia pela população em geral, inclusive em meio às pessoas acometidas. Essa invisibilidade pode ser decorrente do racismo estrutural e institucional que cercam nossa sociedade.

De acordo com a presidente da Associação de Pessoas com Doença Falciforme e Talassemia do Estado de Minas Gerais (Dreminas), Maria Zenó, em entrevista concedida no ano de 2019 ao Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG, pacientes com a DF são taxados como dependentes químicos de morfina. Segundo Zenó, essa confusão se deve à falta de informação sobre a patologia. Além disso, o racismo institucional, que fomenta estereótipos do tipo “pessoas negras são

mais resistentes à dor", o que justificaria um maior tempo de espera no atendimento, contribui para que as necessidades e cuidados das pessoas que vivem com a DF sejam negligenciados. Essa negligência no atendimento resulta em óbitos evitáveis: perde-se quase 90% dos pacientes de 17 a 30 anos por falta de acesso, desconhecimento do profissional e por causa do racismo (BRITO, 2019).

Em paralelo, a questão do racismo continua a ser um problema significativo no Brasil, afetando negativamente a vida de milhões de indivíduos. O racismo estrutural perpetua desigualdades sociais e impede o acesso equitativo a oportunidades e serviços básicos. Segundo Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social.

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O Racismo parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que combatam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Ainda de acordo com o autor, “o racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019 p. 20). De sua parte, a mídia desempenha um papel fundamental na perpetuação ou desconstrução desses estereótipos e preconceitos, através da representação ou falta de representação de determinados grupos sociais.

É pela comunicação que se atribui existência e se qualifica essa existência; em outras palavras, que se determina quem será visível, como será visível e quem será esquecido. O negligenciamento na saúde, que se refere tanto a doenças quanto a populações, passa rigorosamente pela comunicação. De um ponto de vista mais aplicado, estamos falando da inequidade na distribuição da possibilidade de falar, ser ouvido e ser levado em consideração. Estamos falando do princípio da universalidade e da equidade, estamos falando de descentralização e de participação social. Estamos falando de comunicação. Estamos falando de direito à comunicação, que é inalienável do direito à saúde (ARAÚJO, 2013, s/p).

Assim, esta pesquisa buscou investigar, sobretudo, de que forma a Comunicação e as mídias tradicionais abordam a DF em seus telejornais, destacando: (1) os tipos de abordagem à DF e em que momentos ela é feita; (2) de que maneira são retratados os personagens das matérias; (3) até que ponto existe uma (in)visibilidade do paciente ao se tratar desse tema, levando-se em consideração que a DF tem raça e classe social, como já foi discutido anteriormente.

A análise dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record foi feita com o objetivo de investigar se a DF vem sendo abordada nesses meios de comunicação e de que formas essa abordagem vem sendo feita. Esses jornais foram escolhidos por se tratarem de canais de grande relevância para a sociedade brasileira, uma vez que, de acordo com o Kantar Ibope Media⁴, esses telejornais ocupam os dois primeiros lugares de audiência, no horário nobre da televisão brasileira.

Considerando todos esses elementos, o presente estudo buscou investigar até que ponto: (1) o racismo estrutural e institucional pode ser uma causa de invisibilidade da DF nas mídias tradicionais e (2) a falta de campanhas oficiais contribui para que as mídias tradicionais não invistam em campanhas de divulgação da DF. Essas questões serão desdobradas durante este estudo. Vale destacar que esta pesquisa faz parte do projeto de dissertação de mestrado intitulado “Doença Falciforme, racismo e invisibilidade nos meios de comunicação: uma análise dos canais Jornal Nacional e Jornal da Record”, atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

2. Doença Falciforme e seus impactos

A Doença Falciforme é uma hemoglobinopatia caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue (hemácias), que normalmente são arredondados, mas que assumem um formato de foice nas pessoas que vivem com a patologia. Isso pode causar diversas reações, como dor extrema, infecções, AVC, icterícia, dentre outros sintomas.

Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, entre 2014 e 2020, a média anual de novos casos de crianças diagnosticadas com Doença Falciforme no Programa Nacional

⁴<https://natelinha.uol.com.br/televisao/2023/03/29/jornal-nacional-cresce-no-ibope-pelo-brasil-em-2023-195623.php>

de Triagem Neonatal foi de 1.087, em uma incidência de 3,78 a cada 10 mil nascidos vivos. Estima-se que, atualmente, há entre 60 mil e 100 mil pacientes com Doença Falciforme no País (BRASIL, 2022).

Segundo o Sistema de Informações de Mortalidade do SUS, entre 2014 e 2019, a maior parte dos pacientes com DF no Brasil faleceu na segunda década de vida (20 aos 29 anos). De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil registra mais de um óbito por dia em decorrência da doença e mantém uma média de um óbito por semana em crianças de 0 a 5 anos (BRASIL 2022).

Além disso, em virtude das complicações oriundas da falciforme, o paciente tem a vida bastante impactada pela doença. De fato, a falciforme pode afetar a vida educacional e profissional das pessoas acometidas pela doença, podendo levar a ausências frequentes na escola ou no trabalho, o que pode trazer prejuízos para o desempenho escolar e reduzir as oportunidades de emprego. Desse modo, além de impactar a saúde física, a DF tem consequências emocionais e sociais para as pessoas acometidas pela doença, em decorrência das frequentes hospitalizações, da dor crônica e da incerteza do prognóstico.

Apesar dos desafios enfrentados, os avanços na medicina e no tratamento têm melhorado a qualidade de vida dos pacientes, permitindo-lhes viver vidas mais saudáveis e produtivas. O acompanhamento médico adequado, a adoção de hábitos de vida saudáveis e o suporte emocional podem ajudar a mitigar alguns dos impactos da doença.

3. Racismo

Segundo Almeida (2019), o racismo pode ser definido como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (ALMEIDA, 2019, p. 22). Para o autor, o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Almeida (2019) descreve diferentes concepções acerca do racismo, ou seja, ele pode ser visto de maneira individualista, institucional ou estrutural. No racismo

individual, é flagrante o viés patológico, comportamental e imoral revelado por aquele que o pratica. No racismo institucional, o que se observa é a presença massiva de determinado grupo étnico-racial nas instituições, o qual irá trabalhar para fortalecer e manter esse grupo determinado no poder.

Em relação ao racismo estrutural, Almeida (2019) esclarece que as instituições somente são racistas porque a sociedade também o é, ou seja, as estruturas que solidificam a ordem jurídica, política e econômica validam a autopreservação entre brancos, bem como a manutenção de privilégios, uma vez que criam condições para a prosperidade de apenas um grupo. Como resultado, as instituições externam violentamente o racismo de forma cotidiana.

No seu estudo sobre discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme, Cordeiro e Ferreira (2009) identificaram e descreveram práticas de discriminação racial e de gênero nos serviços de saúde, referidas por mulheres negras com diagnóstico de anemia falciforme. A análise dos discursos demonstrou como o tratamento injusto, descortês e humilhante é um fenômeno naturalizado e revela de modo indireto a discriminação racial e de gênero nos serviços de saúde, levando a situações que expõem as pessoas a constrangimentos e que atingem a dignidade humana.

Do mesmo modo, Williams e Priest (2015) salientam a natureza e persistência do racismo e as múltiplas maneiras pelas quais ele pode impactar negativamente a saúde de grupos étnico-raciais não dominantes e estigmatizados, através de políticas e práticas que limitam o acesso a recursos e oportunidades na sociedade. Segundo os autores, a experiência subjetiva de discriminação racial é um tipo de experiência de vida estressante, que produz sofrimento a partir do lugar ocupado por negros e brancos na sociedade.

4. Métodos

A metodologia utilizada neste trabalho foi composta de duas etapas. Em primeiro lugar, foi feito um mapeamento das matérias sobre a DF, dos últimos dois anos, nos canais dos telejornais Jornal Nacional (JN) e Jornal da Record (JR), utilizando-se os descritores “Falciforme”, “Doença Falciforme” e “Anemia Falciforme”. No caso do JN, o levantamento foi feito através do portal Globo.com. Já a busca por matérias do JR foi

feita através do canal do telejornal no Youtube. Em ambos os casos, as buscas foram feitas manualmente.

Na segunda etapa, foi feita a análise de enquadramento dos dados que emergiram da etapa anterior, buscando identificar de que formas a DF foi abordada, em que momentos da matéria essa abordagem foi feita e de que maneiras foram retratados os personagens das matérias. O enquadramento de matérias é o processo em que os jornalistas escolhem palavras para a elaboração de uma ideia, hierarquizam informações, aprofundam ou não a discussão sobre um assunto e selecionam dados e imagens para compor uma matéria (GARIBALDI, 2017).

A busca realizada retornou com apenas um vídeo, divulgado no canal do Youtube do JR, no dia 06 de julho de 2023. O vídeo intitulado “JR Mundo: Hematologista conta detalhes do CAR-T, um tratamento revolucionário contra o câncer” tem aproximadamente 25 minutos de duração e pouco mais de duas mil visualizações. Não foram encontradas matérias no site do JN com as buscas realizadas.

A partir dos dados obtidos, buscamos propomos uma reflexão sobre a (in)visibilidade da DF nesses veículos de comunicação e sobre o papel do racismo estrutural e institucional para a essa invisibilidade seletiva nas mídias tradicionais.

5. Resultados e discussão

O vídeo “JR Mundo: Hematologista conta detalhes do CAR-T, um tratamento revolucionário contra o câncer” é uma entrevista com o médico hematologista Renato Cunha sobre um novo tratamento contra o câncer. Segundo a descrição do vídeo, “surpreendente, revolucionário e promissor” são os adjetivos que os pesquisadores têm usado para se referir ao CAR-T, tratamento realizado pela primeira vez em pacientes na América Latina pelo médico entrevistado.

A reportagem tem início com a fala do repórter sobre um tratamento “revolucionário” contra o câncer. A escolha dessa palavra pelo repórter já dá pistas de que a entrevista será favorável à terapia. Em relação aos atores, na tela há dois homens brancos, vestindo paletós, falando em tom de voz baixo, pausadamente e de forma explicativa (Figura 1). Tanto as palavras e expressões escolhidas pelo repórter para se referir a esse novo tratamento (“revolucionário”, “resultados promissores”, “resultados

impressionantes”, “ferramenta gratificante”, “esperança muito forte”, “a única opção”), quanto pelo entrevistado (“esperança”, “personalizado”, “nova Era dentro da Medicina”, “atualmente revolucionário”, “revolução”) são positivas, especialmente na primeira parte da entrevista.



Figura 1: JR Mundo.

Essas palavras e expressões retratam o tom de otimismo que ambos desejam transmitir na entrevista. Ao mesmo tempo, em vários momentos, o repórter busca retratar a superioridade do novo por meio de críticas aos tratamentos convencionais contra o câncer, por exemplo, quando se refere aos efeitos colaterais da quimioterapia: “efeitos devastadores colaterais” que, de acordo com o médico, não acontecem com o novo tratamento por se tratar de uma terapia mais precisa.

A primeira parte entusiasmada da entrevista é seguida de uma parte menos otimista, onde são abordadas as custas do tratamento e a sua restrição a determinados tipos de câncer. O médico especialista ressalta que o tratamento é para cânceres relacionados ao sangue. Segundo o especialista, 90% dos pacientes responderam ao tratamento com o CAR-T, porém ele salienta que o tratamento é caro (custa em torno de 2 milhões) e só pode ser encontrado atualmente em hospitais privados. Segundo o entrevistado, mais de 23 pacientes foram tratados no Brasil com essa terapia por meio da indústria farmacêutica.

Por sua vez, o repórter enfatiza que o tratamento “não é para todos”, pois ainda não está disponível na rede pública. Nesse momento, fica o questionamento: O que define quem pode ter acesso a tratamentos “revolucionários”? Porque determinadas terapias não podem ser acessadas por todos, ainda que de forma compassiva, e porque muitas não

estão disponíveis no SUS? E sobretudo porque se normaliza que algumas pessoas tenham acesso a determinadas oportunidades de saúde e outras não?

Na mesma entrevista o médico destaca que “70 a 75% , da população brasileira dependem do SUS”. Diga-se de passagem que essa parcela da população é composta por uma maioria negra e pobre. Segundo dados do IBGE, em 2019, 6,6% da população (13,7 milhões) havia ficado internada em hospitais por 24 horas ou mais nos doze meses que precederam a entrevista.

Dessas internações, 64,6% (ou 8,9 milhões) foram por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). As Regiões Nordeste e Norte registraram as maiores proporções: 77,8% e 76,2%, respectivamente, enquanto o Sudeste teve a menor (56,4%). Destacam-se as diferenças entre as proporções de internação em hospitais do SUS para pessoas que se declararam de cor preta (75,9%) e parda (73,6%) em relação às pessoas que se declararam brancas (53,6%). (IBGE,2019)

Ainda de acordo com o IBGE, as estimativas da PNS 2019 apontam, também, uma relação direta entre a cor ou raça e nível de instrução e a cobertura de plano de saúde, destacando-se, nesse sentido, as pessoas brancas ou com ensino superior com as maiores proporções de cobertura (IBGE 2019). Diante disso, podemos concluir que uma minoria branca e rica tem acesso a tratamentos ditos “revolucionários”, enquanto grande parte da população negra e pobre espera que esses tratamentos cheguem ao SUS.

O tema Doença Falciforme somente é abordado pelo médico após metade da entrevista. O especialista explica que, atualmente, os pacientes com DF fazem uso de medicamentos, transfusões de sangue e em casos graves transplante de medula óssea (TMO). Porém, afirma que, em um futuro bem próximo, todos esses tratamentos poderão ser substituídos pela terapia gênica. Assim, esses pacientes usarão menos remédios e seus “defeitos” serão corrigidos a partir da modificação genética.

Ainda assim, a discussão sobre o uso da terapia gênica para o tratamento da DF é feita de maneira superficial. Percebe-se que o foco principal da entrevista é falar sobre as pesquisas para tratamento do câncer através da modificação gênica da célula CAR-T,

conforme indicado no título da matéria. O médico encerra a entrevista defendendo a universidade pública e o apoio às pesquisas nessas instituições, destacando a aprendizagem dos pesquisadores com as vacinas contra a COVID-19 e o repórter se antecipa em responder “uma vacina contra o câncer!”, com que o médico concorda.

Através do levantamento realizado nesta pesquisa, é possível evidenciar a invisibilidade que a DF encara nos grandes meios de comunicação de massa. A ausência de matérias sobre a doença falciforme no Jornal Nacional, um dos principais telejornais do Brasil, nos últimos dois anos, é um indicativo da falta de visibilidade e importância dada ao tema nos meios de comunicação de maior alcance. Essa situação é alarmante, pois a mídia tem um papel essencial em conscientizar a sociedade sobre problemas de saúde e ajudar a promover ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Por outro lado, a menção superficial da terapia gênica para o tratamento de câncer como uma possível abordagem para a DF no canal do Youtube do Jornal da Record também levanta algumas questões. Embora seja positivo que a terapia gênica seja mencionada, é crucial destacar que o tratamento da DF é complexo e requer pesquisas específicas e investimentos em políticas públicas de saúde que atendam às necessidades dessa população.

A falta de cobertura adequada sobre a DF nos principais meios de comunicação pode contribuir para perpetuar estigmas e desinformação sobre a doença, dificultando o acesso a recursos, tratamentos e apoio adequado para os pacientes e suas famílias. Além disso, pode prejudicar os esforços para conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce, tratamento adequado e a necessidade de políticas públicas voltadas para a assistência desses pacientes.

É essencial que os meios de comunicação, especialmente aqueles de maior alcance, assumam a responsabilidade de abordar questões de saúde, como a DF, de forma mais ampla e inclusiva. Isso envolve divulgar informações precisas sobre a doença, seus sintomas, tratamentos disponíveis, avanços científicos e histórias de pacientes, a fim de criar consciência e empatia na sociedade.

Em suma, é necessário que haja maior visibilidade e cobertura adequada sobre a doença falciforme nos meios de comunicação de massa, de modo a combater a invisibilidade que a doença enfrenta atualmente. Somente por meio da conscientização e

da divulgação responsável de informações poderemos melhorar a qualidade de vida das pessoas afetadas por essa condição genética.

6. Considerações finais

Podemos concluir que, a presente análise revelou a urgente necessidade de refletir sobre a interseção entre a DF, racismo e a invisibilidade persistente nos meios de comunicação, como os programas Jornal Nacional e Jornal da Record. A doença falciforme, uma enfermidade hereditária com maior prevalência em comunidades afrodescendentes, tem sido relegada a segundo plano pelos veículos midiáticos, que em sua maioria, não abordam de maneira adequada os desafios enfrentados por essa população. Essa invisibilidade é mais que um reflexo do preconceito ainda arraigado em nossa sociedade, é uma perpetuação do racismo estrutural que marginaliza e negligencia as vidas de milhões de pessoas.

O racismo nas narrativas midiáticas se manifesta tanto pela escassez de pautas que tratam da doença falciforme, como também pela forma estereotipada e pejorativa como, por vezes, são abordados os grupos étnicos minoritários. É imprescindível que a mídia assuma sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo a diversidade e a pluralidade de vozes e experiências.

Urge, portanto, uma transformação profunda nos canais de comunicação, buscando a inclusão de pautas relevantes sobre a DF, bem como uma cobertura mais responsável e respeitosa das questões raciais. Os profissionais de jornalismo têm o poder de sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância de combater o preconceito e a discriminação racial, enxergando a DF não apenas como uma condição médica, mas como um reflexo de uma sociedade desigual.

Além disso, é fundamental a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de acesso à saúde, educação e oportunidades, especialmente para as comunidades afrodescendentes que sofrem com a DF e enfrentam o racismo sistêmico. A conscientização, a educação e a valorização da diversidade são pilares indispensáveis para que se rompam os paradigmas da invisibilidade e do preconceito, tanto na mídia quanto na sociedade como um todo.

Somente por meio de esforços coletivos, que incluam a mídia, os órgãos governamentais, as organizações da sociedade civil e a própria população, poderemos avançar na superação das barreiras do racismo e da invisibilidade da DF, garantindo assim uma sociedade mais inclusiva, justa e empática para todos. A transformação começa com o reconhecimento da realidade, a valorização da diversidade e a promoção de uma comunicação mais equitativa, responsável e comprometida com a verdadeira representação da sociedade em toda a sua complexidade e riqueza.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ARAÚJO, Inesita Soares de. A percepção da comunicação como parte do processo de determinação social da saúde [entrevista na internet]. **Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil**, 2013. <Disponível em: <https://encurtador.com.br/bdkr4>> . Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo Federal reforça necessidade do diagnóstico precoce da Doença Falciforme. 03 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/governo-federal-reforca-necessidade-do-diagnostico-precoce-da-doenca-falciforme#:~:text=No%20Brasil%2C%20entre%202014%20e,com%20Doen%C3%A7a%20Falciforme%20no%20Pa%C3%ADs>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doença falciforme: conhecer para cuidar. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2jM8gpN> >. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009a. Seção 1. Disponível em: <<http://bit.ly/2jrCsIO> >. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de educação em saúde: Volume 2: linha de cuidado em doença falciforme. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009b. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2iPgWro> >. Acesso em: 20 set. 2022.

CÂMARA, Juliana Fernandes et al. **Desigualdades sociais, cuidado e responsabilidade: a epidemia de zika vírus no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**. 2019. Tese de Doutorado.

CORDEIRO, Rosa Cândida; FERREIRA, Silvia Lúcia. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. **Escola Anna Nery**, v. 13, p. 352-358, 2009.

FIGUEIRÓ, Alessandra Varinia Matte; RIBEIRO, Rosa Lúcia Rocha. Vivência do preconceito racial e de classe na doença falciforme. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 88-99, 2017.

GARIBALDI, Christinny (2017). Enquadramento de notícias e sua influência na opinião pública <Disponível em : <https://www.politize.com.br/enquadramento-de-noticias-e-sua-influencia/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

Na Telinha. Jornal Nacional cresce no IBOPE pelo Brasil em 2023. Na Telinha, São Paulo. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2023/03/29/jornal-nacional-cresce-no-ibope-pelo-brasil-em-2023-195623.php>. Acesso em: 14 ago. 2023.

NUPAD, Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico. Doença Falciforme. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/topicos-em-saude/doenca-falciforme/>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

SILVA, J. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília: Ipea, 2009. p.147-70.

WILLIAMS, David R.; PRIEST, Naomi. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, v. 17, p. 124-174, 2015.